

LYLB

JOAQUIM MOREIRA DE CARVALHO



ANGOLA PRÉ - INDEPENDENTE

TEMAS VÁRIOS

TOMO III

Edição do Autor

No «Encontro de Kinshassa» ficou certamente definida a próxima fractura da soberania Portuguesa sobre Angola. Esta fractura concretizar-se-á com a entrada para o Governo de Angola do primeiro representante de qualquer Movimento de Libertação e traduzir-se-á automaticamente pelo aparecimento do primeiro escalão da soberania Angolana. O facto, a meu ver, demorará apenas dias. Alterará a panorâmica. Em soberania Portuguesa integral, eu, como Português, poderia discutir assuntos de Angola Portuguesa; na mesma qualidade não deverei discutir assuntos políticos de Angola soberana em qualquer grau, enquanto esse grau de soberania não decidir publicamente que os Portugueses o deverão fazer.

Este opúsculo estava concluído. Propunha-me uma série de quatro, mas pelos motivos apontados fica limitada a três.

Com um último artigo na Imprensa assinalarei o final da minha intromissão na vida política desta terra como homem independente, até se definirem novos rumos. Estes só serão válidos quando avalizados publicamente pelos representantes dos Movimentos no próximo Governo de Coligação. Que este venha e depressa.

Felicidades para todos os angolanos

Malanje, 15 de Outubro de 1974

Joaquim Moreira de Carvalho

I N T R O I T O

Angola, disse não restam já quaisquer dúvidas devido à evolução dos acontecimentos, não será entregue à ditadura de um só Movimento, mas a uma coligação. Este facto garante um mínimo de democracia, benéfica somente se por tal deixar de se entender moleza de actuação perante situações injustas e anómadas, ou anarquia. Para já os futuros governantes, antes de chegarem a vastos acordos, se o seu amor por Angola é real, tem de concordar na urgente necessidade de pôr cobro ao «apodrecimento» da vida angolana geradora de uma onda nascente e com tendências a aumentar, de inquietação produzida por actos de bandoleiros e agitadores. Terão de acordar ainda em fazerem parar uma propaganda já injustificada, que se dirigia fundamentalmente às massas incultas ou suburbanas mais ou menos ruralizadas ainda. É fácil criar-se o ódio, a ideia de violência, mas muito mais difícil fazê-los desaparecer sem meios extremos. Ora, se podemos prevenir... O Programa da J. S. N. para Angola poderá ser seguido quanto às etapas, mas necessariamente serão encurtados os tempos.

Certíssimo da independência, desejando-a bem próxima (dada a fluidez reinante) para que cada um saiba do seu futuro, prossigo na rota desmistificadora, na tentativa de anulação de argumentos ultrapassados e de esclarecimento dentro das minhas limitadas possibilidades.—

Malanje, Outubro de 1974

O Autor,



TEMAS VÁRIOS

Renúncia de Spínola — Adivinha-se, porque ideològicamente não poderia nunca situar-se muito à esquerda do Centro Clássico, pois um homem verdadeiramente da Esquerda, não se pode furtrar ao abundante emprego de vocábulos próprios dos seus cultores: Acontece isso por seguirem, em linhas gerais uns, cegamente outros, ideais marxistas ou aproximados.

Não seria de admirar, dentro do espírito democrático verdadeiro do General Spínola, no referente a Angola, não desejar de modo algum dar honras reais a um Movimento reconhecidamente marxista-leninista quanto à maioria dos seus adeptos e ao próprio presidente. Deste modo, o facto consumado da presença dos homens da FNLA na região do Uíge talvez seja o fruto da ida do emissário de Spínola a Kinshasa, primeiro e do encontro do General Mobutu na ilha do Sal depois. Este apres-sar das coisas ajustar-se-ia bem à próxima renúncia, conhecida talvez do próprio, mas de nós ignorada. Não tenho à mão o oráculo de Delfos, nem sequer um modesto bruxo; acaba o leitor portanto de acompanhar uma simples especulação de leigo e nessa qualidade prosseguirá.

É evidente que a FNLA só poderia ser desalojada da si-

tuação de facto por ela obtida mediante uma campanha militar, esta parecendo fora de questão.

Se assim for, algo se oporia à tomada de atitudes semelhantes por parte da UNITA e do MPLA nas suas zonas de actuação? Não iremos assistir a uma «regionalização» prática mediante o desdobrar de *guerrilheiros pacíficos* em diversas zonas do território? Meras especulações, repito, mas possíveis de concretização se entretanto não se realizar o acordo entre as diversas formações. É natural assistirmos ao alargamento geográfico progressivo do processo seguido pela FNLA, à medida que vai consolidando posições.

A renúncia de Spínola, finalmente, constitui uma pequena vitória do MPLA, mais uma vez desaproveitada pela sua desunião. De facto, por mais simpatia que um Movimento possa ter em certas camadas políticas responsáveis do país, certo é não poder qualquer ministro ir contra a flagrante realidade para favorecer descaradamente A ou B, embora possa haver favoritismos naturais.

Esboço demográfico e económico social — Angola conta, com seis milhões de habitantes, de que 12% isto é, 700 000, são mestiços ou brancos. Dos 700 000 serão mestiços 25% ou seja, 175 000 indivíduos. Em números redondos é esta a distribuição dos grupos rácicos.

Nesta época em que já tarda passarmos todos à discussão leal e franca, ao esclarecimento e não à animalização radiofónica das massas, ao culto da verdade, não podemos concordar com os exageros ultimamente vindos a público tendentes a fazerem crer na existência de um milhão de brancos. Para quê agitarmos números falsos, se eles em nada podem alterar os

factos?

Dos seis milhões, 25% vivem nas áreas urbanas e suburbanas ou em explorações comerciais e agropecuárias pelo interior, restando 4 500 000 habitantes, 75% da população total, quase fora do circuito económico, vivendo em regime de subsistência, mergulhada em hábitos ancestrais, apenas quebrados agora e na quase totalidade, pela presença de indivíduos mais evoluídos, os pequenos agentes do Estado: Monitores Escolares, Agentes Sanitários etc. Deduz-se não poder participar, conscientemente, em qualquer campanha política, a esmagadora maioria da população angolana, que terá de aceitar, sem compreender, a orientação política da minoria evoluída à qual será entregue o poder. Este, tudo o indica, será tomado por uma coligação de forças partidárias, mas não é de excluir a louca hipótese de um Movimento tentar, por se julgar favorito, a tomada isolada desse poder. Falharia e determinaria a prolongada desordem. Não prossigo, pois pretendo que o leitor, seja ele «fenelá», «mepelá», «fuá», «savimbista», democrata-cristão ou independente, ponha o cérebro a trabalhar no sentido de, pessoalmente, chegar às suas próprias conclusões.

A estranha democracia angolana — No regime democrático verdadeiro, evoluído, as pessoas aderem a formações políticas chamadas PARTIDOS. Cada Partido defende um programa de governo e discute publicamente, nos jornais e na Rádio com os outros Partidos. Faz a propaganda dos seus ideais em reuniões públicas chamadas comícios. Desta maneira o povo fica bem esclarecido acerca do modo como cada Partido pretende exercer o Governo no caso de ganhar. Os Partidos formam-se em qualquer altura, pois não há leis que digam que um Partido se pode formar só quando as mangueiras dão mangas. No caso do nosso país, como se vivia em ditadura, não podia haver

Partidos. Assim, excepto os que actuavam na clandestinidade, formados por homens mais corajosos, não havia Partidos; mas depois de 25 de Abril formaram-se vários Partidos, no seu legítimo direito e um deles, o Partido Popular Democrático (PPD), liderado pelo Dr. Francisco Sá Carneiro, até faz parte da coligação governamental juntamente com o Partido Socialista do Dr. Mário Soares e do Partido Comunista dirigido pelo Dr. Álvaro Cunhal. Os dois últimos já existiam clandestinamente antes de 25 de Abril. Serão os homens mais corajosos sob o ponto de vista físico, ou psíquico, os que menos medo tem de arriscarem a vida ou suportarem o sofrimento, os mais aptos para o Governo? A resposta deixo-a para outros, apenas acrescentando haver, em certos casos, união de senso governativo e militar no mesmo indivíduo, embora não seja muito frequente esta conjunção. Será de regeitar a formação de Partidos após o 25 de Abril? Porquê?

No caso de Angola há três Movimentos de Libertação e outras formações políticas, algumas mesmo sem qualquer hipótese de futuro, se é que alguma virá a ter futuro. Por definição aqueles Movimentos tinham por finalidade principal conseguirem a independência de Angola. Assistimos porém a um paradoxo: Quando a independência lhes é oferecida de bandeja pelo Governo Português, dispensando-os de continuarem a guerra, acontece vermos desenrolar-se sob os nossos olhos este espantoso quadro: Um deles, considerado até então o mais cerebral, contra o todo o raciocínio e lógica entre em profundas divergências intestinas e os três em conjunto não conseguem formar uma frente unida para iniciarem conversações com Portugal no contexto dessa frente. Como explicar o facto? Por ambições de mando? Ou por diferenças ideológicas, estas as mais prováveis? A união far-se-á, com oportunismo.

Se os Movimentos, em Angola desempenhando uma função

aparentada com o dos Partidos políticos na Europa, dialogassem públicamente, procurassem mostrar ao povo angolano as vantagens do programa de um sobre os dos outros, depressa ficaríamos elucidados. Mais; entrava-se em regime democrático, o único susceptível de permitir integralmente a total realização do Homem, nos campos material e espiritual. No entanto não dialogam, não procuram elucidar a população sobre a maneira como se propõem proceder, concretamente, após a conquista de lugares no futuro governo. É pena, porque todos teríamos a lucrar e, além do mais, ao fim de algum tempo, as populações já saídas da pura economia de subsistência, estariam politizadas conscientemente e não apenas politizadas no sentido de se dizerem pelo FNLA, pelo MPLA ou pela UNITA, a maioria das vezes não sabendo ou conhecendo mal, o que cada um se propõe objectivamente. Algum destes Movimentos poderá afirmar ter penetrado no âmago do Cuanhama, que os homens daquela região tomaram amplo conhecimento dos seus objectivos post-libertação? E sem homens bem conscientes do significado de um rumo político poderá construir-se uma sociedade em Angola mais rica, mais evoluída e mais justa do que a de qualquer outro país da África Negra? Mais uma vez deixo a resposta aos leitores, assistentes como eu a tão estranho processo democrático. Tanto mais estranho quanto, conhecido o papel negativo da discórdia e de ódio, só se nos deparam questiúnculas públicas entre os Movimentos entre si e o obscurantismo dos programas radiofónicos da sua lavra, particularmente de um deles, para o saturado angolano.

Autonomia angolana — Nem uma migalha de autonomia básica chegou até nós vinda da Metrópole, após o 25 de Abril. No entanto nós somos os colonialistas, enquanto rendimentos e benesses continuam a correr em sentido único para aqueles nossos irmãos, que «carinhosamente» já chamam Brancos aos

Portugueses de cá e tão profundamente anti-colonialistas se dizem... Certamente lançam ao Tejo os dinheiros idos de Angola, tal o cheiro a crime por ele exalado. Marx, no manifesto comunista de 1848 exclamava: Proletários de todo o mundo, uni-vos! Eu, pobre voz no deserto, brado: Movimentos e Partidos unam-se para arrancar a autonomia de Angola ao grande capital acobertado lá longe! Todos, brancos, pretos e mestiços seremos suficientes para apararmos as garras do milhafre? Pensem...

Samorismo — Está na moda os regimes tomarem o nome de quem os implanta, desde que, ditatorialmente. Assim se já temos o maoísmo (Mao), castrismo (Castro) e mobutismo (?) julgo oportuno batizarmos de samorismo o regime popular moçambicano em homenagem a Samora Machel, o deus da Frelimo. Samora dará muito que falar. Para já caíu-me nas mãos o texto integral do seu discurso publicado em Notícias da Beira de 22 de Setembro de 1974. Considero-o uma obra prima de simplicidade e exactidão quanto à definição de objectivos, nada nele havendo de ambíguo; desculpável o naco demagógico habitualmente introduzido pelos políticos nas suas declarações ou discursos, tradição a que Machel não fugiu. De resto é naco pequeno. Dirigindo-se aos sócias moçambicanos dos simpáticos PRÓ-AEUL e de alguns cabeludíssimos locutores angolanos, avisa-os severamente de que os considerará reaccionários e como tal os tratará, quando se quiserem fazer mais papistas que o papa, isto é, serem mais socialistas que Samora. Esta denúncia feita por um extremista da esquerda, como o é Samora, de certos meninos e meninas pseudo-políticos da Universidade, Informação e de indivíduos isolados, mostra-nos até que ponto estamos a ser poluídos por toda essa simpática gente. Senão os primeiros a serem saneados na Angola de amanhã por Netos, Holdens ou Savimbis. É pena, porque são bem

intencionados...

Movimentos e Partidos: A FLEC, como dantes. O FNLA implantado no terreno e a espriar-se procura dar em entrevistas boa imagem de si. No Notícia de 28 de Setembro as declarações dos seus quadros são sóbrias e correctas; mas contam os factos e por isso é preciso que estes, sob a forma de qualquer guerrilheiro da área do Songo, não desmintam aquelas. A FUA pouco dinâmica após o rugido leonino soltado sob a forma de comunicado anti-quinientos, certamente reaparecerá combativa, com o seu boletim etc.. O MPLA, dividido como sempre, continua ideològicamente ainda bastante forte. No PCDA sente-se um grande estilhaçar de louça partida de onde sairá reforçado e quanto à UNITA, em franca ascensão, já contra-ataca em grandes panfletos de longa leitura. Continua coerente.

Inquietação e insegurança geral: Em Luanda instalou-se após o 25 de Abril, agudizou-se no 11 de Julho e atingiu o auge nas semanas seguintes. O resíduo, ainda inquietante, não o é mais apenas porque muitas pessoas não se aventuram em certas zonas. No Uíge é o que sabemos; em Nova Lisboa de vez em quando ânimos exaltados e pouco esclarecidos originam sessões limitadas de agressão. Por outras bandas ignoramos, mas na região malangina multiplicam-se os actos reveladores de pouco civismo, por vezes violentos, de pouca compreensão da hora presente por parte de alguns, cuja culpa maior deve residir no facto de serem intoxicados por certos programas radiofónicos de além fronteiras e até de cá.

Em qualquer país a questão da segurança é primordial. Em Angola certamente tem de haver cérebro suficiente para se resolverem estas questões, apesar de haver a desculpa de estarmos em descolonização; e estamos, mas descolonização tem

de ser paz para todos.

Evolução comercial — O próximo futuro levar-nos-á a medidas fortemente socializantes. Suponho virão a ser moderadas, relativamente às que a Frelimo tomará em Moçambique. Mesmo tomando em linha de conta essa moderação, terão tendências socialistas acentuadas. Assim pergunto: Por que não se preparam já os senhores comerciantes para o novo modo de vida, enviando representações a Moçambique e até à Guiné, como observadores dos projectos daqueles territórios quanto ao comércio privado? Não será melhor irem-se já mentalizando para uma sociedade diferente?

II

O CASO ZAIRE

Várias vezes se tem falado na expulsão de Portugueses do Zaire, devidamente expoliados. Falaram no caso antes e depois do 25, jornais metropolitanos e angolanos. Um dos primeiros referia até que dormiam pelos bancos dos jardins de Lisboa, sem quaisquer recursos, cerca de duzentos cidadãos Portugueses. Mais, ainda estou recordado do Governo de Marcello Caetano ter mostrado a intenção de criar um organismo qualquer destinado ao acolhimento de refugiados, com base nos acontecimentos do Zaire.

Afinal tudo isto é pura e simplesmente uma campanha caluniosa contra o Zaire em geral e contra o criador do «mobutismo» em particular, a crermos na entrevista concedida por Mobutu a NOTICIA e nesta revista publicada em 21 de Setembro de 1974. Reproduzamos na íntegra o naco correspondente ao aspecto da questão em causa:

NOTICIA — Falou-se muito, e nem sempre bem, das recentes expulsões de portugueses que residiam no Zaire. Quais foram as razões que justificaram essas medidas de expulsão?

PRESIDENTE MOBUTU — São mentiras. Não expulsei nada os portugueses do Zaire. Se ler bem o meu discurso de 30 de Novembro de 1973, vê que disse bem que deveriam abandonar as regiões limítrofes de Angola e de Cabinda. Porque o apoio material e político que decidira intensificar ao nível da FNLA, era denunciado constantemente à segurança portuguesa pelos portugueses que viviam nessas regiões. E cada vez que se desmascaravam espiões, nunca os podíamos apanhar, porque desapareciam pelas fronteiras angolanas, dado que são longas de 2 500 quilómetros.

Além disso, após o meu discurso nas Nações Unidas, em 4 de Outubro, portugueses vivendo próximo de Angola, começaram a lançar panfletos de subversão contra mim, dizendo que eu era um homem perigoso.

Portanto essas medidas de afastamento e não de expulsão das regiões fronteiriças com Angola e com Cabinda foram apenas tomadas com a única preocupação da segurança interior do estado zaireense.

Aliás, não só essas declarações são falsas, como também os que não vivem nessas regiões fronteiriças, tais como Nogueira, aqui em Kinshasa, e outros, são grandes proprietários de capital.

Um dos maiores comerciantes da capital e do país, o maior proprietário de Buildings e de propriedades imobiliárias, é Nogueira, que nunca foi incomodado, fosse por quem fosse. Pode perguntar-lhe.

Segundo o repórter «falou-se muito e nem sempre bem das recentes expulsões dos Portugueses que residiam no Zaire»

significando com isso por vezes ter-se falado mal. Pena é não ter aproveitado a ocasião para ter falado bem e contentar-se com a não muito explícita resposta. Efectivamente a mais elementar curiosidade leva-nos a fazer as seguintes perguntas:

- 1.º — No caso dos comerciantes, ao serem intimados a abandonar as zonas fronteiriças e portanto as suas casas e haveres, foram estes e aquelas adquiridas pelo Estado zairese ou por este entregues a cidadãos zaireses sem qualquer processo especial e sem garantias sérias de indemnização dos lesados? Se assim tivesse sido não nos encontraríamos perante uma arbitrária expoliação? Em nome de que princípios?
 - 2.º — Será válido o exemplo citado do compatriota Nogueira? Sendo tão rico não estará englobado no grande capital de que Marcello Cactano dizia (e devia saber porquê) saber defender-se muito bem sózinho?
 - 3.º — Quantos foram os cidadãos Portugueses lesados e em que medida?
 - 4.º — Por que motivo obscuro não aparece ninguém da Informação a pedir uma entrevista sobre este assunto aos nossos responsáveis máximos pela protecção dos cidadãos Portugueses em território estrangeiro?
 - 5.º — Devemos admitir a hipótese de futuros actos semelhantes ou até em maior escala contra cidadãos Portugueses em novos Estados Africanos ou tal hipótese é absurda? Se é absurda, porquê?
- Jacques Soustelle, o autor de «Carta aberta às vítimas da

descolonização» é um político francês de renome mas «reaccionário» segundo aqueles a quem não agrada. Daquele livro transcrevemos apenas alguns parágrafos:

«Quanto aos franceses expulsos da Argélia, estão ainda à espera, passados que são dez anos sobre a tragédia, da indemnização que lhes é devida».

«O que terão, com efeito, realizado Ben Bella e Boumediène? Em primeiro lugar restabeleceram, ou deixaram restabelecer-se, o arrendamento «em cinco partes», que obriga os khammès a viver numã profunda miséria e impede do mesmo modo qualquer modernização dos métodos agrícolas. Em seguida confiscaram as terras de cerca de *vinte e dois mil colonos franceses*, terras na maioria dos casos bem irrigadas e férteis, que foram entregues à «autogestão» sob a direcção de membros do partido incapazes ou subornados: daqui uma baixa brutal, que atinge trinta por cento da produção de géneros alimentícios».

Até agora, apesar de ser atacado pelos «progressistas» uma verdade gigantesca resta: Ninguém o desmente! Se o não desmentem... Baseado nos dados apontados e indesmentidos escrevi há tempos, continuando plenamente actual o seguinte:

Pela leitura da Imprensa depreende-se atingir a classe dos milhares o número de pessoas repatriadas, a expensas do Governo, para a Metrópole e Cabo Verde, como consequência de terem perdido os seus haveres nas zonas suburbanas ou de receberem ameaças dos autóctones. O caso dos caboverdianos é estranho, não podendo argumentar-se aqui com ódios rácicos, mas sim com algo mais inferior ainda, o tribalismo, pois de africanos de pele escura se trata. Todos estes deslocados

tinham em comum o serem Portugueses colocados sobre a protecção e garantia das autoridades portuguesas. Por outro lado não foram desalojados por ter ocorrido algum cataclismo natural, como um terramoto ou qualquer outro de efeitos semelhantes, *mas tão somente por brandura na repressão de qualquer tipo de provocação nos dias posteriores ao 25 de Abril*, brandura fonte de efeitos catastróficos e da exclusiva responsabilidade governamental. Nestas condições a mais elementar lógica aponta para a necessidade de, também por via governamental, serem indemnizados os indivíduos sobre quem recaíram as consequências daquela brandura, dos responsáveis pelo bem estar e protecção das populações a eles confiada. Ora, tanto quanto se sabe e se pode supor, não há a mínima intenção de se indemnizarem as vítimas dos acontecimentos já ocorridos e portanto as futuras vítimas das que ainda hão-de ocorrer, em Luanda, ou seja onde for. A soberania Portuguesa, todavia, é ainda um facto nesta terra de Angola.

Não faltam discursos e declarações das entidades mais responsáveis sobre AS GARANTIAS que o Governo Português obterá em negociações com os Movimentos Emancipalistas, para que as vidas e haveres dos cidadãos Portugueses (presume-se tratar-se dos radicadas em Angola) sejam respeitados no período post-independência; mas como se efectuarão essas garantias?

Como ponto de partida para o processo temos concretamente um aspecto negativo: AS NÃO GARANTIAS oferecidas às vítimas dos últimos acontecimentos, a todas, pois de momento também todas, autóctones ou não, são Portuguesas. Todavia e de agora em diante, considerarei apenas as de origem extra-angolana, porquanto as autóctones, que deveriam também ser indemnizadas agora, se o não forem verão talvez

as suas reivindicações asseguradas pelo próximo Governo de Angola independente.

Se a soberania Portuguesa sobre estas terras é um facto ainda; se apesar deste facto subsistem NÃO GARANTIAS eficazes quanto à vida e indemnizações dos nacionais, como conseguirmos, sem ultrajar a lógica, raciocinar de modo a provar-se que obtida a independência de Angola, o Governo Português, então sem qualquer soberania sobre este Estado, garantirá seja o que for? A nível de interesse estatais é possível a hipótese de os defender, mas sê-lo-á a nível individual, precisamente ao nível que interessa a qualquer Português aqui vivendo? A resposta parece só uma: NÃO! Então haverá de se montar o sistema necessário a garantir a saída das pessoas que o desejem, com os seus haveres, antes da independência e não perder tempo com as GARANTIAS POST-INDEPENDÊNCIA, estas de resto sempre inoperantes, porque uma simples interpretação em sentido diferente por parte dos contratantes angolanos ou a sua substituição por novo elenco governativo de tendências diferentes, as anularia.

Quem quiser ficar e é a maioria, terá de confiar e nisso está disposta a entregar-se ao destino, na boa fé dos dirigentes angolanos. NADA MAIS... (1)

De facto, se assim se procedesse, ficava o Governo Português aliviado de futuras infracções à letra de tratados, nem sempre cumpridos, no-lo diz a História. Por outro lado haveria muitos a aproveitarem-se das garantias pré-independência?

Poucos milhares, sem dúvida, mas mesmo que fosse só um teria esse direito. O Português gosta, apesar de tudo e na sua generalidade de arriscar. Pessoalmente julgo até que a moeda angolana, resolvido o artificialmente intrincado caso da Casa Emissora, terá cotação internacional superior à do escudo. Todavia o Governo Português tem os seus deveres.

III

ESCRAVATURA: ARGUMENTO VÁLIDO?

O escudeiro da casa real, Diogo Cão, comandando uma modesta esquadra sai de Lisboa em 1482, por ordem de D. João II, atingindo em 1483 o rio Zaire. Desembarcou na margem esquerda deste, em terras do grande Manicongo, a que os Portugueses logo deram o nome de CONGO. No rio, grande número de almadias, cheias de negros, os contemplavam. Ruminando para sul atinge as Ilhas das Cabras, de que uma era a ilha de Luanda. Já se encontravam povoadas por negros.

Regressa a Portugal levando 4 negros que aprisionou e que devolveu a Angola, em 1485, na segunda viagem. Estes negros, com a sua indumentária europeia, espantaram o soberano, de nome Nzinga-a-Cuum. À corte deste soberano se dirigiu Diogo Cão, penetrando no interior, após ter subido o Rio Zaire até às quedas de Ielala. Regressou depois a Lisboa levando uma embaixada do potentado, com presentes constituídos por dentes de elefante, objectos de marfim e panos de palma coloridos.

...«Diogo Cão, ao fundear no Rio Poderoso (actual Zaire) encontrou à sua frente uma terra de negros em plena organização tribal».

Obstáculo à expansão religiosa era o feiticismo primitivo e a poligamia, esta o principal óbice, pois o negro não se conformava em ter uma só mulher, devido ao tipo da economia reinante.

Surge em cena, mais tarde, o segundo rei católico do Congo, D. Afonso, que vestia à europeia, falava e escrevia em Português e... era «levado» pelos Portugueses. Depressa boa parte dos padres evangelizadores se viram dominados pela sua ancestral costela judaica e pelos costumes locais, começando a adquirir e a vender escravos, tendo um deles originado um mulato na sua escrava negra, certamente o primeiro mulato angolano.

Passados pois poucos anos sobre a descoberta das terras angolanas começava o tráfico esclavagista. Foram os Portugueses que inventaram essa instituição em Angola? Não. A escravatura já ali existia, pois os reisetes negros, nas suas incurções, transformavam os prisioneiros em escravos, imitando nisso os povos europeus na Antiguidade e por longo período na Idade Média.

A ilha de S. Tomé, cedida a donatários, logo começou a ser explorada com escravos vindos do Congo. De resto, o rei congues D. Afonso era liberal em presentes de escravos (chamados peças). O comércio Português logo se iniciou, trocando-se bugigangas, vinho e outros produtos por marfim, escravos etc.. Os escravos eram «produtos» que o Congo exportava sem que à altura estivesse dominado política ou militarmente pelos Portugueses, mas antes *independente*. Fiquemos por aqui neste bosquejo histórico retirado e por nós adaptado, do 1.º volume da História de Angola, de Ralph Delgado.

Enormes erros foram cometidos em África por todos os

colonizadores e o mesmo ocorreu em toda a parte do Mundo, nas diferentes épocas. Enormes benefícios levaram aos povos atrasados os povos colonizadores, eis outra verdade demonstrando-se os factos em dois comesinhos argumentos: Os movimentos de libertação só foram possíveis após a criação de classes evoluídas entre os colonizados, portanto mercê da acção da potência colonizadora, (mas dos colonizados onde a acção «colonial» se faz sentir mais persistentemente, durante mais tempo). Assim é que nenhum dos dirigentes emancipalistas, no caso particular de Angola, provém do interior atrasado do Cuando-Cubango, onde a penetração Portuguesa só há poucos anos se faz sentir com intensidade, razão desse atrazo cultural. Também não devemos confundir e afinal passa-se a vida a fazer tal confusão, as culpas do «colono» com as de «sistema», pois os homens actuam apenas e tão sòmente tanto quanto lhes permite o tal «sistema». Para mim tenho que é muito judicioso o seguinte provérbio: A ocasião faz o ladrão. Noutros termos, a época e o «sistema» condicionam a actuação das gentes. Por isso, gentes com um determinado comportamento em regime maoista terão fatalmente um modo de ser e de encarar a vida bem diverso se submetidas a um regime hitleriano. Acho pois ser de todo desejável discutirem-se os problemas com honestidade, sem sofismas, como convém a pessoas civilizadas, deixando a demagogia para os incultos, seguindo apenas e sem procurar distorcê-la, uma linha de pensamento lógico.

O pai da Lógica, quem lhe deu forma correcta, foi um dos maiores homens da Antiguidade, o célebre sábio e filósofo grego Aristóteles. Viveu há cerca de 2300 anos, quando os antepassados dos actuais íncolas angolanos vagueavam ainda por outras terras africanas, na sua maior parte, não sonhando sequer a existência de uma terra chamada Angola. Invaso-

res como os brancos, etnias negras tiveram a honra de se assenhorearem mais cedo de territórios angolanos umas e até mais tarde que aqueles, outras. Voltemos a Aristóteles e apreciemo-lo quando diz:

«A natureza, tendo em conta a necessidade da conservação, criou uns seres para mandar e outros para obedecer. Quis que o ser dotado de razão e de previsão mande como dono, assim como também que o ser capaz, por suas faculdades corporais, de executar as ordens, obedeça como escravo, e deste modo o interesse do senhor e o do escravo confundem-se.

A natureza fixou, por conseguinte, a condição especial da mulher e a do escravo. A natureza não é mesquinha como o são os nossos artistas, e nada do que faz se parece com os instrumentos de Delfos fabricados por aqueles. Na natureza um ser não tem senão um só destino, porque os instrumentos são mais perfeitos quando servem, não para muitos usos, mas para um só. Entre os bárbaros, a mulher e o escravo estão numa mesma linha, e compreende-se a razão de ser: a natureza não criou entre eles um ser destinado a mandar, e realmente não existe entre eles outra união que a do escravo com a escrava, e os poetas não se enganam ao dizerem:

«Sim, o grego tem direito a mandar no bárbaro», dado que a natureza quis que o bárbaro e o escravo fossem uma e a mesma coisa».

Os antigos gregos possuíam um elevado grau de civilização e acoimavam de bárbaros todos os povos, cujo estádio cultural era de facto bastante inferior. Fundaram numerosas colónias entre esses povos, quase todas à beira-mar, tão bem sendo escolhidos os locais que ainda hoje, grande parte de importantes cidades mediterrâneas nela tiveram origem, como

por exemplo a cidade francesa de Marselha, a italiana Nápoles ou a turca Constantinopla, ao tempo da sua formação chamada Bizâncio. Estas colónias decalcavam a sua organização política da zona grega mãe e tornavam-se autónomos com o correr do tempo.

Voltando a Aristóteles, poderemos apelar este grande homem de escravocrata ou de «colonialista»? Não, porque na sua época a escravatura era uma instituição natural; havia mesmo mercados onde se vendiam escravos.

Do mesmo modo não podemos insultar os Romanos por terem vendido, a quando da conquista da Gália (actual França) cerca de um milhão de vencidos ou por terem transformado em simples mercadoria milhares e milhares de antepassados dos Portugueses de hoje quando conquistaram a Lusitânia ou seja uma grande parte do Portugal actual. Afonso Henriques, o fundador da nacionalidade, não desdenhava fazer escravos entre os habitantes do mesmo Portugal, quando fazia prisioneiras populações das zonas onde fazia incursões mas que ainda se encontravam dominadas pelos mouros e no entanto ninguém, no mundo Árabe, se lembraria de chamar hoje nomes feios àquele monarca. Este actuava de acordo com a época e nada mais.

A escravatura era uma instituição muito antiga, tendo-se prolongada até quase aos nossos dias, havendo até quem defenda ainda existir hoje, clandestinamente, em certos países árabes do Médio-Oriente. *O certo é ter a escravatura desaparecida de todo o espaço nacional Português, África incluída, quando ainda não era nascido o bisavô de qualquer dos leitores desta prosa.* No entanto, muitos anos depois de Portugal ter aderido às convenções internacionais abolidoras do odioso

tráfico, ainda este se praticou por longo tempo, no chamado mundo árabe, nesse mundo que agora tão puro e amigo dos negros (a quem sempre explorou e escravizou) se quer mostrar. Resumindo pode afirmar-se sem receio não haver hoje um negro conhecedor de algum antepassado seu que tenha sido escravizado. Trazer pois a lume argumentos destes contra os Portugueses, quase no final do século XX, é simplesmente ridículo, como ridículo seria queixarmo-nos agora de os marroquinos terem escravizado Portugueses aprisionados há 500 anos em Alcácer-Kibir...

Resumo: Não confundamos alhos com bogalhos e con-vençamo-nos de só dar provas de imaturidade política, quem nos vem seringar com o argumento da escravatura do tempo de antepassados, de ninguém, hoje vivo, conhecidos. As nações fazem-se olhando o futuro a partir do presente e não com ódio ou recalcamientos filiados no passado desconhecido da geração actual.

IV

MAO, SOBRETUDO CHINÊS

Vamos segui-lo, com o seu biógrafo Stuart Schram, para conhecermos a personalidade de quem originou uma nova forma de comunismo, irreductível inimigo do comunismo moscovita e mais de agrado, nas suas linhas gerais, dos revolucionários esquerdistas dos países africanos, embora o maoísmo, com ou sem desvios, na prática, não se encontre ainda inserido realmente em qualquer ponto da África. Sê-lo-á em Angola e Moçambique? Talvez não, mas são os dois territórios a ele mais propícios devido os anos de guerra e consequentes digressões de numerosos partidários dos Movimentos pela China. De qualquer modo seremos sucintos, tentando apenas dar uma ideia extremamente geral ao cidadão vulgar e «apolítico», deixando-lhe entrever a sua tremenda ignorância de coisas que precisa de saber, incluindo-me também no grupo dos pouco versados ainda em conhecimentos políticos; mas os intelectuais continuam a guardar avaramente a sabedoria...

Mao Tsé Tung, filho de um camponês pobre, mais tarde atingindo a mediania por meio do esforço próprio, nasceu em 1893. Há quase 30 anos ouço dizê-lo atacado de cancro, mas mais facilmente morre o cancro do que o político em cujo corpo se pretende implantar; assim ainda é vivo.

«O Partido Comunista Chinês, constituído por homens que se tinham convencido, antes mesmo de serem contactados pelos emissários da Terceira Internacional, do valor das teorias e métodos soviéticos para a solução dos problemas da China, foi desde o início um fenómeno indígena. Mas as tentativas dos seus membros para atingirem uma fórmula revolucionariamente eficaz não se teriam concretizado tão cedo ou nos mesmos moldes se não fosse o auxílio de Moscovo. Esta assistência russa traduziu-se numa ajuda material e em outras vantagens para os revolucionários chineses, nomeadamente de orientação teórica e de organização, por parte de camaradas mais experimentados. Revestiu-se, porém, de dois aspectos de carácter negativo, pois os dirigentes soviéticos não eram meros revolucionários interessados em derrubar o capitalismo mundial, eram também responsáveis pelos destinos do Estado soviético. E a experiência mostrou que, quando forçados a escolher, sacrificavam geralmente a primeira categoria de interesses à segunda. Além disso, a maior parte dos dirigentes bolchevistas eram fundamentalmente europeus na sua experiência e mentalidade e, mesmo quando o seu único desejo era o de conceder uma assistência desinteressada aos seus camaradas orientais, a sua visão das realidades chinesas era frequentemente tão distorcida que os seus conselhos eram de pouca valia.

Estes dois factores operavam simultâneamente e no mesmo sentido. A excessiva importância atribuída por Moscovo à classe operária urbana levou à conclusão de que, sendo o proletariado asiático fraco e imaturo, de momento bastaria uma «revolução nacional» chefiada pela burguesia. Uma revolução nestes moldes, dirigida contra a influência do imperialismo ocidental e sem provocar uma grande transformação social, coadunava-se perfeitamente com os objectivos da política externa

soviética, que pretendia, acima de tudo, um aliado e estável Estado-tampão, a leste, contra qualquer outra tentativa de intervenção. Isto não significa que os conselhos soviéticos aos comunistas chineses fossem sempre errados ou interesseiros. Foram, pelo contrário, muito proveitosos em lhes evitar, a princípio, certos erros sectários. Mas, a longo prazo, a prioridade dada aos objectivos da política externa soviética, aliada à ingénua convicção de Estaline de que compreendia perfeitamente a China e dominava inteiramente a situação, conduziria a Revolução Chinesa para repetidas catástrofes, do que os chefes chineses, e Mao em especial, nunca mais se esqueceriam».

Desta transcrição resultam os seguintes pontos:

- 1.º — Apesar do «internacionalismo» da doutrina comunista e do sempre apregoado e demonstrado desejo da implantação da foice e do martelo em todo o mundo, pelo derrube dos regimes capitalistas, a Rússia, muito nacionalisticamente colocava em primeiro lugar o interesse próprio, o dos Russos portanto. Veremos, noutra transcrição, um ponto de vista semelhante em Mao Tsé Tung, comunista sim, mas sempre e em primeiro lugar Chinês.
- 2.º — O comunismo russo implantou-se com base no proletariado, como o defendia a teoria clássica e não a partir dos camponeses, embora estes constituíssem ainda a maioria da população em 1917. Todavia, proporcionalmente, o proletariado urbano russo, naquela data, era superior ao proletariado chinês a quando da Revolução Chinesa. É que a Rússia, contrariamente ao julgado por muita gente, já se integrava no conjunto ocidental no campo da indústria e até dos costumes das camadas burguesas, antes de 1917, embora com atraso em re-

lação à Inglaterra ou Alemanha, naquele campo. Deste modo Estaline mostrou-se bom teórico mas péssimo prático no caso chinês, não tendo pressentido o que Mao já compreendera, isto é, a possibilidade revolucionária das massas camponesas. Esse erro de visão estaliniano e o comando a distância pretendido pela Rússia originavam graves prejuízos ao comunismo chinês, desde a liquidação física desnecessária de milhares de pessoas até ao atraso na sua implantação. Comunista ou capitalista todos gostam de orientar os outros para além do necessário... Confirmemos agora o «chinesismo» de Mao com mais uma transcrição:

«Mao concordava com Estaline sempre que os interesses nacionais chineses e russos pareciam ser coincidente. Quando tal não sucedia ele tomava uma atitude independente».

Cremos ficarem bem demonstrados os sentimentos de Estaline e de Mao àcerca da prioridade dos povos russo e chinês sobre o internacionalismo comunista.

Qual o porquê destas transcrições e destes comentários? Tem a sua razão de ser com origem em factos correntes, nos nossos dias, cá e na Metrópole. Num e noutra destes territórios parece-nos vislumbrar alguns Movimentos ou Partidos tendo mais em conta a implantação de um determinado sistema ideológico a toda a velocidade e sob a forma de figurino importado do que pròpriamente o estudo aturado das condições angolanas e das variantes de qualquer sistema político mais conducente ao progresso dos povos no espaço e no tempo. Alheando-me cada vez mais dos aspectos metropolitanos, onde já nos tratam por «BRANCOS» (2) e não como Portugueses, embora a maioria ali fosse parida, referir-me-ei e só a talhe

de foice, aos «auxiliares», do M. P. L. A. (F. R. E. S. D. A., M. D., P. U. A., PRO-AEUL etc). Além dos frenéticos e múltiplos comunicados, todos primando pelo conteúdo negativo, pois negam isto e aquilo e aqueloutro e pelo desejo dos seus mentores serem vistos pelos futuros dirigentes (pelo menos parece-nos ver «auxiliares» em bicos de pé ao lançarem a público os seus escritos), algum dos leitores será capaz de nos indicar onde poderemos ler algo de construtivo? Não conheço e peço desculpa desta ignorância se é infundada, mas distingo bem os chavões, sempre os mesmos, monótonos, próprios dos homens-papagaios.

Quer isto dizer guiarem-se por figurinos, espartilharem-se e entregarem-se ao fácil trabalho de destruir, pondo de lado a mais árdua e cerebral tarefa de adaptarem as decoradas, mas talvez mal digeridas doutrinas marxistas, ao específico caso angolano. Meditem no «russismo» e no «chinesismo» dos dois vultos históricos atrás mencionados.

Já que falamos em Mao Tsé Tung e em adaptações a Angola, já agora prossigamos com uma migalha de maoísmo «romaniado».

O fundador do maoísmo começou por admirar Estaline, mas os erros deste no decurso da longa luta dos comunistas chineses, traduzidos por massacres de marxistas e a sua formação e carácter arraigaram nele a ideia como já ficou dito, de que o comunismo no Celeste Império se basearia no camponio e não no proletariado. O caminho escolhido pareceria justo, porque na verdade os camponeses superavam largamente em número os proletários (A China era e é um país pouco industrializado) além de que se encontravam largamente explorados por proprietários de características feudais.

Deste modo o comunismo achinesou-se e aparece, na China

actual, com pouquíssimo de semelhante ao comunismo russo. Assim teria de ser por motivos vários, sendo um deles, convém repeti-lo, o facto de na Rússia se ter seguido Marx e na China, Marx também, mas adaptado por Mao Tsé Tung. Do nome de Mao tomou o comunismo chinês o nome de maoísmo. É esta uma forma radicalíssima de comunismo, inimigo fidal do comunismo russo, chamado de revisionista pelo primeiro. De facto o comunismo de Mao está para o russo como este para o sistema de vida americano. Teriam assim de se tornar inimigos irreconciliáveis e são-no de facto. Do livrinho intitulado a Revolução Cultural Chinesa transcrevo, a seguir, um trecho das impressões da visita do escritor italiano Alberto Moravia, à China:

«A China oferece hoje, na verdade, o espectáculo impressionante de um imenso país em que seria difícil pôr de pé qualquer luta de classes pela simples razão de que toda a população parece ter sido reduzida a uma classe única, a do proletariado, ou classe popular. A uniformidade e o nivelamento das massas é certamente aquilo que hoje em dia, na China, mais impressiona o viajante. Começando pela uniformidade, nunca será de mais acentuar o facto, aparentemente irrelevante, de todos os chineses, homens e mulheres, se vestirem do mesmo modo, isto é, o de, ao mesmo tempo, terem sido abolidas não só as diferenças entre os indivíduos, mas também as que existiam entre os sexos.

Não se poderá compreender a enorme importância de uma tal uniformidade se não se recordar a importância análoga que a diversidade, do ponto de vista económico, psicológico e cultural, tem no Ocidente. Basta pensar na ambição que, no

Ocidente, as mulheres tem em se vestir, cada uma delas, de maneira diferente da de todas as outras e nas consequências desta ambição no campo industrial e social. Na realidade, para se encontrar, na Europa, qualquer coisa de semelhante à uniformidade chinesa, terá de pensar-se nas ordens monásticas. As implicações de uma tal semelhança são óbvias e não há sequer necessidade de falar delas.

Quanto ao nivelamento, a China dá hoje a impressão de ser, toda ela, como um bloco, um único e interminável país pobre, de uma pobreza decente, orgulhosa, mas também impiedosa. Miséria como a que existia no passado é coisa que parece não haver; mas o estilo, a cor, a tonalidade, a maneira de viver, a visão do mundo próprios da pobreza, encontram-se por toda a parte. Uma pobreza singular, não apenas contente de si própria, mas ainda demonstrativa e, por assim dizer, didática, que parece afirmar: «Eis aquilo de que o homem precisa. Tudo o mais é supérfluo, portanto, luxo, vil corrupção de tipo soviético ou ocidental».

De que é que precisa o maoísta? Ao que parece, de um par de calças azuis de algodão, de uma camisola branca também de algodão, de um par de sandálias ou chinelos. De uma bicicleta para ir para o trabalho. De uma residência que se resume a um único compartimento, em coabitação com os seus familiares. De um número limitado de bens de consumo: cigarros, bebidas, sabão, artigos de toilette, louças, etc., etc.. De parques públicos (ex-jardins imperiais) onde passear é única distração que não está politizada. Por fim, de uma continuação, obsessiva, insistente propaganda do pensamento e da figura de Mao feita por todos os meios: jornais de parede, teatro, cinema, rádio, televisão, pintura, escultura, para só citar os mais importantes. O homem maoísta é, em suma, o cidadão de

uma sociedade não apenas sem classes, mas sem a suspeita sequer da existência de classes. Mas então, voltamos a insistir, porque será preciso manter com eficiência a luta de classes?

Nesta altura vem em nosso socorro a palavra «cultural». Revolução Cultural significa, de facto, precisamente aquilo que parece significar, ou seja, uma revolução que desde o início explodiu não já no plano social, isto é, a nível das estruturas, mas sim no plano cultural, ou seja ao nível das superestruturas. Não se deve esquecer que o primeiro raio anunciador (ainda com o céu limpo...) do tufão da Revolução Cultural caiu logo em 1965, justamente, sobre os homens de cultura. Eram estes burocratas, políticos, intelectuais, ou, como se diz modernamente, quadros, que faziam parte da municipalidade de Pequim ou da direcção do partido em Pequim. Por outro lado, pouco antes ou pouco depois, a política das chamadas «cem flores» foi desmentida por outros raios, ou, mais propriamente, excomunhões, visando algumas das «flores» como os filmes A Vida de Wu Hsium... Não foram só as cem flores; foi todo o ramo que foi destruído, ficando apenas, grande, imensa, absorvente, exclusiva, a flor de Mao Tsé Tung. Contra aquelas «flores» e outros botões do mesmo género é que se desencadearam as primeiras escaramuças da Revolução Cultural! Esta foi, em suma, buscar os seus inimigos, ou, se se preferir, as suas vítimas, aos quadros, ou seja, aos homens de cultura. Esta indicação negativa é fundamental.

A luta de classes, portanto, não só mantém continuidade como se reforça; mas, nela, a ideia de classe perde as suas implicações económicas e sociais para se tornar uma categoria «cultural». Sabemos ainda, porém, que na China, como, de resto, em todos os países comunistas, «cultural» quer dizer algo que respeita não só ao saber literário, artístico e científico, mas

ainda ao comportamento do homem, ou seja, aos seus costumes. E aqui estamos chegados ao ponto que interessa: a classe será, assim, uma categoria moral.

Uma vez deslocado o significado do plano social para o moral, logo se compreende como se torna fácil para Mao dar à revolução um carácter permanente e à luta de classes um contínuo desenvolvimento. Uma revolução, uma luta de classes que se proponham reformar a sociedade ou o Estado, não podem ser permanentes. Mas uma revolução e uma luta de classes que visem a reformar o homem, essas, sim».

O campónio chinês estava submetido à dura exploração do milenar proprietário de terras a quem tinha de pagar elevadas rendas pelo trabalho da propriedade rural daquele; mas, não o esqueçamos, era perito na arte de trabalhar a terra, sempre a mesma nesga de terra. Não tinha possibilidades de praticar a agricultura itinerante, porque é esta uma forma de agricultura só possível onde se aliam dois factores: Primitivismo técnico-agrícola e terras em excesso. Estas duas condições e ainda a de que, praticamente, quase não existe proletariado, são dados irrefutáveis em Angola. Aqui o comunismo só se poderia implantar com base componesa sob a forma maoista se as soluções socialistas-extremistas se aplicassem a sério e então cair-se-ia no maoismo ultra, em virtude do incomensurável atraso do nosso camponês. Prevalecerá esta corrente nalgum Movimento de Libertação? Será maioritária caso exista? Vamos reflectir sobre esta importante questão.



«A LONGA TRAIÇÃO DE SAVIMBI?»

Cartas ou documentos falsos sempre os houve em toda a época da História tendente à liquidação ou ao benefício respectivamente do inimigo ou do amigo. Ainda hoje a carta anónima é aceite em muitos lados para efeito de averiguações, quanto mais uma carta com assinatura falsificada!

Corria a segunda metade do século VIII e dois grandes homens desejavam legitimar ambições: Pepino o Breve e o papa Estévão II. O primeiro usurpara, no reino dos Francos, a chefia e o segundo procurava o apoio dos Francos contra a ameaça dos Lombardos, povo que se apoderara dois séculos antes do norte da Itália e até dos Bizantinos ainda radicados nalguns pontos do mesmo país.

Apareceu um documento oportuno, chamado a Doação de Constantino, no qual este primeiro imperador romano e cristão, dos inícios do século IV da nossa era, teria escrito entre outra coisa o seguinte:

«Julgamos oportuno transferir o nosso império... para no local onde o principado sacerdotal e a capital da religião cristã foram instalados pelo imperador terrestre exerça o seu poder... Concedemos e abandonamos (ao papa)... a cidade de Romã, assim como todas as províncias, localidades e cidades

da Itália e das regiões ocidentais, para serem mantidas por ele e por seus sucessores sob o seu poder e tutela».

O estilo e o latim do tempo de Constantino eram diferente dos empregues no documento, quatro séculos depois e assim se verificou a falsidade da «doação»; mas mesmo falsa conseguiu o objectivo em vista, isto é o papado tornou-se a *formidável potência dos séculos futuros da Idade Média e Pepino o Breve* foi legitimado pela Igreja, tornando-se, como os seus próximos sucessores, protector do Papado.

A UNITA, pela voz de um dos seus representantes em Bruxelas, deu nesta capital uma conferência de imprensa. O todo ou parte dela vem publicado em «A Província de Angola» de 23 de Setembro de 1974. É interessantíssima. Como amante da polémica e da Lógica entristeço por os outros Movimentos não virem a lume confirmar ou negar os acutilantes e bem alinhavados argumentos produzidos. Se verdadeiros ou não, embora estruturados, é outro caso, mas quem cala... Acerca da famosa «Longa traição de Savimbi» dada ao longo do tempo por esta mesma sobre a UNITA, transcrevemos a seguir algumas declarações do conferencista:

1.º — *No início do ano de 1966, o MPLA publicou um documento acusando a UNITA que acabava de ser criada, de não ser senão uma sucursal de FNLA, com o fim de desviar a atenção da opinião internacional das actividades do MPLA no leste de Angola. (Ver «Victória ou Morte», boletim oficial do MPLA, Abril/Maio 1966):*

2.º — *A mesma «África-Ásia» acusa depois a UNITA de ser uma filial da CIA (centro de informação americana) com vista a estabelecer em Angola um governo fantoche*

vendido aos americanos. (Ver *África-Ásia* 1969, 70, 71, 72, 73);»

«Os inimigos da UNITA, entre os quais o MPLA e os seus amigos soviéticos, por dá cá aquela palha, não hesitam em fabricar com todas as peças, documentos inventados que eles baptizam «cartas de Savimbi». Esta literatura de falsários apresenta-nos o MPLA como o vítima da UNITA no interior e no exterior de Angola — esta mesma UNITA cujas forças seriam, segundo o *New York Times*» de 18 de Junho de 1974, avaliados em 300 soldados...

A questão é, de facto, bastante complexa; não se trata somente de se lançarem calúnias contra a UNITA, pretendendo que ela colaborou com os colonialistas portugueses. Através de uma propaganda bem montada, graças ao apoio de equipas como a «África-Ásia» e outros porta-vozes soviéticos, o MPLA fez tudo para aparecer aos olhos de toda a gente como a única autoridade no movimento de libertação de Angola. Enquanto que o MPLA se afundava nas suas contradições internas e não conseguia resolver as divergências que o minam desde há anos, a UNITA obtinha sucessos políticos e militares reais no interior de Angola, onde ela beneficia do apoio crescente das massas que depois de 25 de Abril integraram às zonas libertadas, onde continuamente procuram a protecção do nosso Partido. Daí a nova ofensiva contra a UNITA e o facto dos nossos inimigos utilizarem instrumentos tão odiosos como a fraude e as falsificações.

É tempo que nós declaremos, sem reservas, que o MPLA é um fiasco no plano militar, assim como no plano político. Todos os observadores honestos sabem que em Angola este movimento só tem apoio de uma minoria de intelectuais da

região de Luanda. E porquê? Se o MPLA tivesse conduzido a guerrilha nas zonas rurais e urbanas, e tivesse eliminado o exército português nas matas e nas cidades, não teria ele pois obtido o apoio das massas angolanas, de que a grande maioria vive ainda fora dos centros urbanos? Porque é que o MPLA que beneficiou desde há tantos anos — e beneficia ainda de uma ajuda financeira e material mais que substancial, não se instalou permanentemente no interior do país? Porque é que o MPLA não organizou o seu congresso nas suas zonas libertadas para onde teria convidado os seus amigos assim como observadores e jornalistas estrangeiros? Porque é que o MPLA, considerado tão potente por certas pessoas duvidosas, não conseguiu fazer o que a UNITA realizou em 1973, na altura do seu terceiro congresso?»

«O documento que a África-Ásia oferece generosamente as suas páginas para denunciar a pretensa «longa traição da UNITA», foi concedido e elaborado com uma habilidade profissional comparável àquilo que depois de tantos anos mistifica a opinião internacional sobre a realidade angolana, a ponto de fazer crer que o MPLA era o movimento de libertação que nos iria desembaraçar do colonialismo. Essas infâmias, fraudes e falsificações, constituem ofensas contra todos aqueles que deram a sua vida pela nossa independência».

Foi depois de ter lido esta e outras afirmações do representante da UNITA que, por associação de ideias, me ocorreu o acontecimento histórico ocorrido no século VIII.

Entre a Doação de Constantino e A Longa Traição de Savimbi, há pontos comuns: Nem a Doação nem as cartas de Savimbi foram autenticadas (julgo) por idóneos notários e no entanto até um vulgar requerimento de um ainda mais

vulgaríssimo cidadão exige o reconhecimento notarial. Na *Doação* pretendia-se um objectivo político elevado; *A Longa Traição de Savimbi* poderá ou poderia ter frutificado ou até frutificou, mas a História ainda não pronunciou o seu veredicto definitivo. Entretanto a prova deve ser feita por quem acusa e não pela negativa do acusado. Aparecerá a prova ou será só outra *Doação de Constantino*? E mesmo o acusador não enfileirá em breve com a UNITA à mesa das conferências, dada a progressão desta? A ver vamos... Então seria mesmo DOAÇÃO.

- 1) É precisa franqueza, pois os espíritos estão preparados para ela, embora por vezes não se creia em tal a nível superior.
- 2) SEMPRE FIXE e outras ignorantes publicações metropolitanas acerca dos problemas angolanos. Ignorantes ou utilizando má fé?

Composto e Impresso

em

Sociedade Gráfica, Lda.

Malanje

Preço de venda ao Público = 20\$00

0182
ACOG